

GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO

Termo de Referência 401/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
401/2026	120633-GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO	MATEUS DE CASTRO SARTORI	06/10/2026 14:51 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		67267.003812/2026-02

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Cessão de Uso de Áreas para Prestação de Serviços de Apoio – Projeto Facilitar, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/ SETOR	ÁREA	FATOR GLOBAL/ CRITÉRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Salão de Cabelereiro	25m²	1,050	R\$ 68,25/m²	R\$ 1.170,00	R\$ 14.040,00
2	Alfaiataria	25m²	0,855	R\$ 55,57/m²	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
3	Lavanderia	20m²	1,155	R\$ 75,08/m²	R\$ 1.100,00	R\$ 13.200,00
4	Lanchonete	68m²	1,265	R\$ 82,22/m²	R\$ 4.400,00	R\$ 52.800,00
5	Mercado	32m²	1,380	R\$ 89,70/m²	R\$ 2.180,00	R\$ 26.160,00
6	Guarda-Volumes	8m²	0,727	R\$ 47,24/m²	R\$ 380,00	R\$ 4.560,00
7	Caixas Eletrônicos	3m²	Critério próprio	Valor Mínimo	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
VALOR TOTAL					R\$ 10.630,00	R\$ 127.560,00

1.1.1. O Termo de Referência apresenta as seguintes especificações quanto à cessão de uso:

a) Cessão de uso onerosa de bem imóvel da União, com área total de 181 m², dividida em 7 (sete) setores com metragens detalhadas abaixo, nas dependências físicas do Hotel de Trânsito de Graduados (HTG), situado no Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA-SP), na Avenida Braz Leme, nº 3258, Santana, São Paulo - SP. Ressalta-se que, embora o HTG esteja localizado no PAMA-SP, ele é administrado pelo Grupamento de Apoio de São Paulo (GAP-SP). Conforme plantas constantes no Laudo de Avaliação nº HTG_PAMASP/LAI01/2026, com pagamento pecuniário através de GRU.

b) LOCAL: Município de São Paulo – SP, CEP: 02022-021 - São Paulo - SP, conforme Laudo de Avaliação da Área;

c) ÁREA: 181 m²; e

d) ATIVIDADE A SER DESEMPENHADA: serviços de lanchonete, mercado, salão de cabeleireiro, alfaiataria, lavanderia, guarda-volumes e autoatendimento bancário diretamente ao efetivo militar e civil.

1.1.2 A contratação será realizada através da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pois o objeto é caracterizado como comum, com fulcro no Art. 18, § 5º, da Lei 9.636/98 e Art. 6º, inciso XII e Art. 29, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

1.1.3 O Comando da Aeronáutica (GABAER) possui competência legal para autorizar a Cessão de Uso Onerosa, conforme letra H do item 9.2.4.4 da Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) nº 87-7.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que visa ao atendimento de necessidades essenciais e permanentes de suporte logístico, conveniência e hospitalidade ao efetivo militar e civil (principalmente ao público flutuante em missões operacionais e de instrução), cuja interrupção comprometeria o bem-estar e a eficiência operacional das Unidades Apoiadas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a necessidade de garantir a estabilidade na prestação dos serviços, a atratividade comercial do certame para a iniciativa privada, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contado da **assinatura do Termo de Cessão de Uso**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000018/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

III) Id do item no PCA: 2124;

IV) Classe/Grupo: 721;

V) Identificador da Futura Contratação: 120633-291/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.19. A avaliação prévia do local de execução do objeto é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a quinta-feira, das 08 horas às 15 horas, e na sexta-feira das 08 horas às 11 horas.

4.20. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.21. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.21.1. O agendamento da vistoria deverá ser efetuado com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, através do e-mail pregoeiros.gapsp@fab.mil.br.

4.21.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.22. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.23. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: A execução do objeto dar-se-á mediante cessão de uso onerosa de terreno público, sendo o valor mensal devido pela cessionária mensalmente pago por meio de retribuição pecuniária através de GRU. Deverão ser seguidas as disposições contidas neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e todos seus anexos.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Hotel de Trânsito de Graduados (HTG), situado no Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA-SP), na Avenida Braz Leme, nº 3258, Santana, São Paulo - SP. Ressalta-se que, embora o HTG esteja localizado no PAMA-SP, ele é administrado pelo Grupamento de Apoio de São Paulo (GAP-SP);

5.3. Os serviços provenientes da cessão serão prestados no seguinte horário: durante o horário de expediente do PAMA-SP, exceto guarda-volumes e caixa eletrônico, os quais deverão funcionar 24h.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Rotina Diária de Higiene: Realização de limpeza geral e completa de todo o ambiente de cada oficina, utilizando produtos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, além do recolhimento de lixo em sacos descartáveis à prova de vazamentos assim que estiverem cheios ou ao término do expediente.

5.4.2. Rotina de Funcionamento: Observância rigorosa dos horários operacionais estabelecidos pelo GAP-SP e PAMA-SP, assegurando o atendimento contínuo aos usuários e hóspedes.

5.4.3. Rotina de Descarte Sustentável: Armazenamento e segregação diária de resíduos específicos de cada atividade (como óleo vegetal em recipientes estanques, materiais perfurocortantes em coletores rígidos e retalhos têxteis para reciclagem).

5.4.4. As cessionárias, que por determinação legal necessitem de Alvará/Licença da Vigilância Sanitária, deverão providenciá-los e disponibilizá-los, como cópia, para a Administração. Deverão, também, arcar com quaisquer multas, autuações ou sanções aplicadas pelos órgãos fiscalizadores em decorrência da ausência ou irregularidade das licenças obrigatórias.

5.5.4. Rotina de Segurança Orgânica e Conduta Militar: A execução contratual e a circulação do pessoal da Cessionária nas dependências do quartel deverão seguir rigorosamente as diretrizes de segurança da Organização Militar.

5.5.4.1 Os prepostos e funcionários da Cessionária deverão observar as seguintes regras internas:

5.5.4.1.1. Controle de Acesso: Sujeitar-se às regras de cadastro, identificação e credenciamento estipuladas pela Seção de Segurança Orgânica do PAMA-SP para o ingresso de pessoal, fornecedores e veículos na área militar.

5.5.4.1.2. Restrição de Áreas: Limitar a circulação estritamente às dependências físicas cedidas no Hotel de Trânsito de Graduados (HTG) e às vias autorizadas de acesso, sendo terminantemente proibida a entrada em quaisquer locais ou instalações não permitidas do perímetro militar.

5.5.4.1.3. Urbanidade e Respeito à Equipe de Serviço: Tratar com a devida urbanidade, respeito e acatamento as equipes de serviço da guarnição (fiscais, sentinelas e oficiais de dia), bem como os hóspedes do hotel e o efetivo das Organizações Militares apoiadas pelo GAP-SP.

5.5.4.1.4. Conformidade Normativa: Cumprir integralmente os regulamentos internos, normas de segurança e horários de funcionamento vigentes na unidade militar.

5.5.4.1.5. Vestimentas:

5.5.4.1.5.1. Não é autorizado adentrar as unidades militares com as seguintes vestimentas: regatas, bermudas, calças curtas, chinelos, camisas/camisetas/entre outros que mostrem a barriga, vestidos e saias acima da linha do joelho;

5.5.4.1.5.2. Não é permitida a entrada de veículos/roupas/bandeiras/entre outros que contenham propaganda político-partidária; e

5.5.4.1.5.3. Não é permitida a entrada de veículo conduzido por motorista que não possua habilitação ou com habilitação vencida.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. O dimensionamento físico de 07 (sete) áreas delimitadas e individualizadas instaladas nas dependências do Hotel de Trânsito de Graduados (HTG) no PAMA-SP;

Setor	Área
Salão de cabeleireiro	25 m²
Alfaiataria	25 m²
Lavanderia	20 m²
Lanchonete	68 m²
Mercado	32 m²
Guarda-volumes	8 m²
Caixas eletrônicos	3 m²

5.6.2. O atendimento a um público-alvo composto pelo efetivo militar e civil da Força Aérea na localidade de São Paulo, somado ao público flutuante e rotativo de hóspedes do HTG em virtude de missões operacionais, administrativas ou de instrução; e

5.6.3. A assunção integral, por parte da cessionária, do ônus financeiro e operacional para o fornecimento de todo o mobiliário, equipamentos específicos da atividade (como maquinário de lavanderia, balcões refrigerados e exaustores), insumos de consumo, EPIs, entre outros.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. Ao término da vigência, será elaborado relatório final contendo:

5.7.1.4 Eventual valor a recolher por GRU.

5.7.1.6 O encerramento dependerá da quitação integral das obrigações.

Fiscalização

5.8 A fiscalização será estruturada da seguinte forma:

5.8.1 Comissão de Fiscalização do Contrato de Cessão de Uso para cada setor;

5.9 Compete às Comissões de Fiscalização:

5.9.1 Acompanhar a execução técnica dos serviços prestados;

5.9.2 Controlar mensalmente a emissão de GRU no valor devido a cada cessionária, e controlar o pagamento em dia de cada mês;

5.9.3 Consolidar informações de execução;

5.9.4 Atestar a regular execução do objeto.

Controle e Acompanhamento

5.10 O controle da execução contratual será formalizado por meio do Relatório de Situação Contratual (RSC), que deverá conter, no mínimo:

5.10.1 GRU emitidas;

5.10.2 comprovantes de pagamento;

5.11 O RSC será atualizado mensalmente por cada Comissão de Fiscalização.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.10. A gestão será estruturada em três níveis:

6.10.1 Gestor do Contrato: Responsável pelo acompanhamento global da execução, controle financeiro-contratual e consolidação das informações;

6.10.2 Fiscal Técnico: Responsável pela validação técnica das demandas, acompanhamento da execução dos serviços e emissão de parecer para recebimento; e

6.10.3 Fiscal Administrativo: Responsável pelo controle documental, verificação da manutenção das condições de habilitação e controle dos créditos contratuais.

6.11 A designação formal dos agentes ocorrerá por ato específico da autoridade competente.

6.12 É vedada a concentração das funções de gestão e fiscalização em um único agente quando houver disponibilidade de pessoal.

Fiscalização Técnica

6.13. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.14. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.15. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.20. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.21. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.23. Cabe ao gestor do contrato:

6.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23.7 receber e dar encaminhamento imediato:

6.23.7.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.23.7.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

Diretrizes Gerais de Governança

6.24 O contrato será gerido sob regime de fiscalização contínua, com segregação de funções entre gestão administrativa e fiscalização técnica.

6.25 A execução deverá preservar:

6.25.1 O interesse público primário;

6.25.2 A economicidade;

6.25.4 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;

6.25.5 A transparência dos registros.

Comunicação e Transparência

6.26 Todas as comunicações relevantes deverão ser formalizadas por meio eletrônico institucional.

6.27 As decisões de maior relevância deverão constar em despacho fundamentado nos autos do processo administrativo.

Alterações Contratuais

6.28 As alterações contratuais observarão as hipóteses previstas na legislação aplicável.

Reequilíbrio Econômico-Financeiro

6.29 O pedido de reequilíbrio deverá demonstrar:

I – fato superveniente;

II – imprevisibilidade ou previsibilidade com consequências incalculáveis;

III – nexo causal;

IV – impacto efetivo sobre a equação econômico-financeira.

6.30 O simples aumento de custos internos não constitui fundamento automático para o reequilíbrio.

Encerramento Contratual

6.31 Ao término da vigência, será elaborado relatório final contendo:

6.31.4 Eventual valor a recolher por GRU.

6.31.5 Valores recolhidos por GRU

6.32 O encerramento dependerá da quitação integral das obrigações.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Disposições Gerais

7.1 A cessão de uso será exclusivamente onerosa, onde a Administração será remunerada mensalmente por meio de retribuição pecuniária através de GRU, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

7.2 Não haverá pagamento financeiro por parte da Administração, tratando-se de contrato de receita com compensação por remuneração pecuniária mensal.

Controle de Execução Contratual

7.3 O controle da execução contratual será formalizado por meio do Relatório de Situação Contratual (RSC), atualizado mensalmente por cada Comissão de Fiscalização, devendo conter, no mínimo:

7.3.1 GRU emitidas;

7.3.2 comprovantes de pagamento;

Recolhimento por GRU

7.4 O recolhimento deverá ocorrer no prazo estabelecido pela Administração, após notificação formal.

7.5 O atraso no recolhimento da diferença poderá ensejar aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação aplicável.

Reajuste

7.6. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/05/2026 conforme Laudo de Avaliação de Área nº HTG_PAMASP/LAI01/2026.

7.7. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CESSIONÁRIO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CEDENTE, do IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.9. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CESSIONÁRIO pagará ao CEDENTE a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.10. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.11. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.13. O reajuste será realizado por termo aditivo.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,33% (trinta e três centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10%** (dez por cento) a **15%** (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5%** (cinco por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10%** (dez por cento) a **20%** (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **5%** (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O CESSIONÁRIO será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, em conformidade com os arts. 3º, II e 192 da Lei 14.133/21 e com o Parágrafo único do Art. 95 do Decreto-lei nº 9.760/1946.

9.1.1 O critério de julgamento MAIOR DESCONTO será definido por meio da fórmula expressa no item 10.3 que fornecerá a taxa de utilização mensal da cessão de uso (TU).

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 05 (cinco) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.29.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.31. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.37.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.37.6.1. ata de fundação;

9.37.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.37.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.37.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.37.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.37.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.37.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado para o aluguel mensal da área total será o valor mínimo de R\$ 10.630,00 (dez mil, seiscentos e trinta reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. O valor total estimado do contrato para o período de 1 (um) ano de vigência é de R\$ 127.560,00 (cento e vinte e sete mil, quinhentos e sessenta reais).

10.3. O percentual de desconto ofertado será convertido no valor da taxa de utilização mensal da área cedida (TU), conforme fórmula a seguir:

$$TU = (D \times 1000) \times 100 \text{ em que:}$$

TU = taxa de utilização mensal prevista no instrumento contratual; e

D = percentual de desconto ofertado.

10.3.1. O valor mínimo da taxa de utilização mensal é de R\$ 10.630,00 (dez mil, seiscentos e trinta reais), e, consequentemente, o percentual mínimo aceitável é de 10,63 % (dez vírgula sessenta e três por cento).

10.3.2. Caso o licitante ofereça sistemicamente 30% de desconto, aplicada a fórmula acima chegaremos ao seguinte resultado:

$$TU = (30/100 \times 1000) \times 100$$

TU = R\$ 30.000,00 de valor mensal do contrato.

10.4. Quadro-resumo dos valores mínimos estimados:

Desconto Mínimo aceitável (D):	Taxa mínima de utilização Mensal da Área Total Cedida (TU) → TU= D x 1000	Valor anual mínimo da Cessão de Uso (VA): → VA= TU x 12
-----------------------------------	---	---

10,63%	R\$ 10.630,00	R\$ 127.560,00
--------	---------------	----------------

10.5 O valor a ser pago pelo Cessionário ao Cedente refere-se única exclusivamente à taxa de utilização da área cedida, cabendo ao Cessionário arcar com todas as despesas decorrentes da implantação e operação dos locais, conforme condições estabelecidas no Instrumento Contratual.

10.6. Para evitar qualquer dúvida quanto à formação da proposta, deverá ser adotada, individualmente para cada item, a seguinte fórmula de conversão:

$$VP = VMR \times [1 + (P \div 100)]$$

Onde:

VP = valor final da proposta mensal;

VMR = valor mínimo mensal de retribuição estabelecido para o respectivo item no Laudo de Avaliação;

P = percentual ofertado pelo licitante no sistema eletrônico.

Assim, a título exemplificativo, para um item cujo valor mínimo mensal seja de R\$ 1.170,00, eventual percentual de 10% corresponderá a:

$$VP = R\$ 1.170,00 \times (1 + 0,10) = R\$ 1.287,00/mês.$$

10.7. Consequentemente, quanto maior o percentual ofertado, maior será o valor monetário final da retribuição devida à Administração.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Não aplicável à presente contratação, por se tratar de cessão de uso onerosa de imóvel da União sob responsabilidade do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo – PAMA-SP.

11.2 Não haverá pagamento financeiro por parte da Cedente ao Cessionário, tratando-se de contrato de receita com compensação por execução de serviços.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

ANEXO I - SUPRIMIDO

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere ao Pregão Eletrônico nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. APÊNDICES

- Apêndice I - Estudos Técnicos Preliminares
- Apêndice II - Laudo de Avaliação nº HTG_PAMASP/LAI01/2026

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL DE FREITAS KIMURA
Equipe de apoio

WAGNER DE ALMEIDA VITORIA
Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência - Atualizado
Data/Hora de Criação:	06/10/2026 17:52:38
Páginas do Documento:	20
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	21
Hash MD5:	074deb8d71052c706135e003640e97a4
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten RAFAEL DE FREITAS KIMURA no dia 06/10/2026 às 14:55:44 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel WAGNER DE ALMEIDA VITORIA no dia 06/10/2026 às 15:05:43 no horário oficial de Brasília.